

VAI ANDANDO  
QUE ESTOU CHEGANDO



Carlos Luís Figueira

A semana vai decorrer no plano político em torno das questões orçamentais, já que vão iniciar-se as votações parcelares em torno de propostas de emendas que cada força política entendeu fazer. Processo complexo no qual, como tem sido anunciado, à direita, regista-se uma deriva, quer pelo PSD, quer pelo CDS, com a apresentação de propostas que tornariam o orçamento Ingovernável.

Por parte da esquerda, pelo que nos é dado observar, existirá no PCP alguma contenção face à situação financeira que o País continua a atravessar, o que não os impediu de apresentar propostas dirigidas para a área social, educação, reformas, salários, de entre outras, embora pelo que até agora é conhecido (estou a escrever na segunda-feira) seja inquietante a posição deste partido em apolo a uma proposta do PSD sobre a contagem do tempo dos professores, facto que a meu ver não está em causa, porque o que verdadeiramente importa neste momento, sobre esta matéria, são as formas de pagamento ou a contagem do tempo para reformas.

Por parte do Bloco observam-se posições no mesmo sentido, ou seja reforço de verbas para algumas áreas económicas e sociais, com declarações de Catarina Martins a anunciar que votarão favoravelmente propostas oriundas do PSD, acompanhadas, contraditoriamente, de disponibilidades para integrar um governo de maioria socialista. Quanto a tais propostas quer Costa quer César já anunciaram posições que tornaram não só claras àquilo que se propõem, ou seja, recusar uma qualquer participação do Bloco em futuro Governo, quer por parte do líder parlamentar do PS ao afirmar nas jornadas parlamentares, que o PS não se dispõe a governar com base num Orçamento completamente descaracterizado. Ou seja, a saída, só pode ser eleições antecipadas. Aqui chegados que predomine o bom senso.

A visita do Presidente de Angola a Portugal representa no plano das relações políticas, económicas, afetivas, um passo de grande importância face aos interesses dos dois países. Significativo porque ocorre num momento em que este importante país africano, passa por anunciadas medidas quanto à consolidação da democracia, ao combate à corrupção, à tentativa de repatriação de capitais provenientes de ações marcadas por favorecimentos ligados ao aparelho de estado. O desafio é enorme, oxalá o consigam levar a cabo.

A semana passada foi igualmente marcada pelos acontecimentos de Borba, no desastre que constituiu o desmoronamento de uma estrada que desde há muito estava declarada como perigosa, situação anunciada ao longo de anos e sistematicamente ignorada, quando por demais estava construído um acesso alternativo inteiramente seguro. Há já hoje quem defenda responsabilidades repartidas entre autarquia e governo, quando se sabe que desde há alguns anos a manutenção ou extinção de tal acesso era da respetiva autarquia. Aqui chegados o que agora verdadeiramente importa, a começar pelo presidente da Câmara, é que definidamente se encerre o local e se preparem meios para pagar indemnizações justas a famílias e empresas afetadas e mais que tudo que tal exemplo de catástrofe sirva de exemplo para que tal não aconteça em qualquer outra área do País.

carlosluisfigueira@sapo.pt

CARAVANISMO SELVAGEM TOMA DE ASSALTO O PARQUE NATURAL

# "A Costa Vicentina está a tornar-se num bairro da lata"

Invadem as praias e as falésias, dormem em rulotes, carrinhas, carros ou tendas, "semeiam" lixo e fazem as necessidades em trilhos. O problema do campismo e caravanismo selvagem na Costa Vicentina está cada vez mais na ordem do dia. A maioria dos infratores são estrangeiros e, por isso, as coimas aplicadas não chegam a ser pagas. Para os autarcas e população local só há uma solução: as multas passarem a ser cobradas na hora. Caso contrário, ficam sem os documentos das viaturas

> NUNO COUTO

Há cerca de 20 anos que o problema tem vindo a ser denunciado por autarcas e população, mas, até agora, nada conseguiu deter o fenómeno - ou flagelo - do caravanismo e o campismo selvagem no parque natural da Costa Vicentina, inserido nos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo. Pelo contrário, "a situação é cada vez mais grave", com centenas de veículos espanhóis, franceses, alemães, holandeses, ingleses e também alguns portugueses, "acampados" em zonas sensíveis, alertam.

O último capítulo desta novela sem fim à vista ocorreu na semana passada, com a assembleia municipal de Vila do Bispo a aprovar uma moção, por unanimidade, onde apela ao Governo para alterar a lei nesta matéria. A ideia é passar a cobrar as multas no momento da infração relativa à prática de campismo e caravanismo selvagem.

"O caravanismo selvagem está a tomar de assalto o concelho de Vila do Bispo e toda a Costa Vicentina, invadindo parques de estacionamento das praias, estacionando junto às falésias, dormindo em rulotes, carros, carrinhas ou tendas, 'semeando' lixo por onde passam", lê-se na moção, assinada pelo presidente da junta de freguesia de Sagres, Luís Miguel Paixão.

## Multas ascendem aos 200 euros

Para além da alteração da lei, os deputados municipais pedem, ainda, para que sejam efetuadas mais ações de vigilância e fiscalização, com o objetivo de travar a degradação ambiental que está a agravar-se em muitas áreas sensíveis do parque natural.

"A Costa Vicentina, rica pela sua beleza natural, está na realidade a tornar-se num autêntico bairro da lata, cujos utilizadores diariamente defecam e urinam nos trilhos ou junto a uma espécie protegida qualquer", lamenta a assembleia municipal de Vila do Bispo, lembrando que já



As ações de fiscalização têm gerado muitos processos de contraordenação, mas as coimas só são aplicadas após notificação em carta registada

existe legislação que proíbe a prática de campismo ou caravanismo fora dos locais para tal destinados.

A verdade é que a GNR desloca-se com frequência aos locais mais procurados por caravanistas e campistas, levantando diversas coimas, mas estas parecem não surtir efeito.

As multas aplicadas nestes casos ascendem normalmente aos 200 euros, mas a lei diz que "a infração corresponde a uma coima de 200 a 2.000

euros se praticada por pessoa singular em caso de negligência, e de 400 a 4.000 euros em caso de dolo".

O problema é que, como salientam os deputados municipais, "apesar de haver ações de fiscalização que têm gerado muitos processos de contraordenação, os mesmos não surtem efeitos, devido ao facto das coimas só serem aplicadas após notificação em carta registada, com aviso de receção".

Ora, uma vez que a maio-

ria dos infratores são turistas estrangeiros, as coimas aplicadas acabam por não ser pagas e o problema arrasta-se...

Por isso, a assembleia municipal volta a defender que as multas devem ser pagas na hora, "sob pena de apreensão dos documentos da viatura, tal como acontece com outras infrações rodoviárias". Cu seja, se não pagarem, os caravanistas e campistas podem ficar legalmente proibidos de conduzir os seus veículos até o fazerem!

PUB



VILAREALST°ANTONIO

## EDITAL

### ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 6/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, Pessoa Colectiva nº 506 833 224, com sede na Praça Marquês de Pombal, em Vila Real de Santo António:

- **FAZ SABER** de harmonia com o disposto no nº 2 do artigo 78º do Decreto - Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com as respetivas alterações, que foi emitida uma alteração à operação de loteamento "Urbanização Palma", situado em Fonte Santa, freguesia de Vila Nova de Cacela e concelho de Vila Real de Santo António, em nome da Empresa **Construções Palma Rosa, Lda**, contribuinte nº 507972295, descrito na Conservatória do Registo predial de Vila Real de Santo António, sob o nº 3300/20000404, da freguesia de Vila Nova de Cacela, inscrito na matriz predial com nº 56, Secção AG.

- A alteração foi aprovada por despacho do Srº Presidente da Câmara Municipal, Drº Conceição Cabrita, emitido em 08 de Novembro de 2018.

- A alteração ao alvará de loteamento, é da iniciativa da Câmara Municipal, consiste em que todos os oito lotes do loteamento que constituem a operação de loteamento, sejam constituídos com sótão (ficando assim todos os lotes, destinados a moradias unifamiliares de dois pisos com garagem+ sótão).

- Para conhecimento, vai o presente ser afixado nos Paços do Concelho e publicado num Jornal de âmbito local.

Vila Real de Santo António, 16 de Novembro de 2018

O Chefe de Divisão de Urbanismo e Espaço Público

João Francisco Catarino

(Jornal do Algarve, 29/11/2018)